

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Contexto nacional e mundial

Uma cidade considerada sustentável é organizada de modo a garantir a participação efetiva dos cidadãos, bem como torná-los capazes de satisfazer suas necessidades e de assegurar o seu bem-estar sem prejudicar ou colocar em perigo as condições de vida de outras pessoas e do ambiente, agora e no futuro.

Segundo a ONU-Habitat, as 25 maiores cidades globais já respondem por mais de metade da riqueza do mundo. Em nações em desenvolvimento, as cidades concentram entre 65% e 80% do PIB nacional. As regiões metropolitanas de São Paulo e Bangcoc contam com cerca de 10% da população de seus respectivos países, mas são responsáveis por mais de 40% do seu PIB. De acordo com a Divisão Populacional das Nações Unidas, a América Latina é a região mais urbanizada do mundo em desenvolvimento, com 81% da população vivendo nas cidades, índice que supera, inclusive, o de diversos países já desenvolvidos. A previsão é de que, até 2030, essa proporção chegue a 86%, acompanhando a Europa Ocidental. Em 2030, seis em cada dez pessoas viverão numa cidade e a Organização Mundial da Saúde estima que, em meados do século, a população mundial urbana dobrará para 6,4 bilhões. Saliente-se que mais de 130 milhões de pobres moram em cidades atualmente da América Latina.

O rápido aumento da população das cidades impõe imensa pressão ao meio ambiente e à infraestrutura existente, com implicações para a mobilidade urbana, a qualidade e o acesso à água e ao saneamento básico, a segurança alimentar, a segurança pública, o consumo de recursos não renováveis e a gestão de resíduos, além do aumento das emissões de gases de efeito estufa e da poluição sonora, visual, do ar e da água. Um exemplo: de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o total de resíduos sólidos no Brasil cresceu duas vezes mais do que a população do país, entre 2010 e 2011. Segundo o relatório *Global Risks 2012*, do Fórum Econômico Mundial, quase 1 bilhão de pessoas moram em favelas urbanas, número que tende a crescer para 1,5 bilhão até 2020. A governança da cidade sustentável é outro ponto crítico, uma vez que o crescimento das cidades extrapola a jurisdição municipal.

Por conta da complexidade dos problemas e das condições precárias em que vive grande parte da população urbana, os impactos das mudanças climáticas e das questões de segurança pública, os problemas com a saúde decorrentes das alterações do ambiente, a exclusão social e o sentimento de não pertencimento ao local em que as pessoas vivem podem ser agravados e restringir ainda mais as opções de desenvolvimento.

Pobreza, exclusão social, trânsito e infraestrutura precária provocam deseconomias de escala, reduzem a capacidade de desenvolvimento dos negócios e aumentam os custos das empresas e da sociedade como um todo. Fortalecer a sustentabilidade nas cidades, assim como criar ambientes favoráveis à inovação, é uma condição para ampliar a competitividade e proporcionar negócios que geram empregos formais de qualidade.

A inovação é uma catalisadora para o desenvolvimento sustentável das cidades. Governança participativa e transparência, planejamento e zoneamento urbano, infraestrutura de informação eficiente e moderna, redes de transporte, colaboração entre os setores público e privado, ligações fortes entre a academia e os negócios são algumas das condições básicas para gerar ambientes de inovação nas cidades.

O estabelecimento de uma governança ambiental de gestão pública, com participação popular elevada, trouxe a algumas cidades autonomia para aplicar uma legislação ambiental própria – como ocorreu na Cidade do México, em que houve a estruturação de um plano interdepartamental de 15 anos, com transparência no avanço das ações. A cidade de Heidelberg, na Alemanha, introduziu de forma contínua o Orçamento Ambiental, um sistema de gestão para o uso de recursos naturais que complementa o orçamento financeiro e a gestão de recursos humanos. Já a cidade de Seul, na Coreia do Sul, pretende, até 2020, elevar o uso do transporte público em 70%, a utilização de bicicletas em 10% e a quota dos veículos ecológicos empregados pelos moradores em 20%.

Vêm surgindo no Brasil e no mundo algumas iniciativas da sociedade e das empresas que buscam promover, trabalhar, medir e planejar as cidades de forma mais sustentável. O C40 Cities Climate Leadership Group é uma rede de cidades de todo o mundo comprometidas com a implementação local de ações significativas e sustentáveis para reduzir as emissões de carbono e aumentar a eficiência energética nas cidades. Tais ações objetivam enfrentar as mudanças climáticas em nível global. O Programa Cidades Sustentáveis prevê a construção de indicadores e o acesso à informação pública, pesquisas de percepção da qualidade de vida, o monitoramento e a incidência nas políticas públicas, a participação cidadã e a inclusão de setores e atores diversos da cidade. E o movimento das Cidades em Transição (Transition Town) objetiva transformar as cidades em modelos sustentáveis, menos dependentes do petróleo, mais integradas à natureza e mais resistentes a crises externas, tanto econômicas quanto ecológicas.

Contudo, sem um amplo planejamento do desenvolvimento da cidade, contemplando a distribuição espacial da população e das atividades econômicas em convergência com as necessidades de infraestrutura, não será possível impedir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e as pessoas. Os problemas são sistêmicos, mas as abordagens ainda são fragmentadas. Também é necessário compreender como ampliar a escala das soluções em curso.

Desafios

1. Estabelecer novos modelos de governança

Incentivar e desenvolver novas estruturas de governança requerem algumas condições:

- a. Construir um consenso sobre a visão de desenvolvimento sustentável da cidade.
- b. Desenvolver uma relação colaborativa entre os atores.
- c. Adotar um processo participativo, com envolvimento ativo dos cidadãos e demais atores não apenas no momento de criar soluções ou projetos, mas também na fase de diagnóstico.
- d. Desenvolver processos de planejamento estratégico, estabelecendo sinergia entre as iniciativas públicas e privadas na definição de planos de ação e metas de longo prazo.
- e. Ampliar a transparência por meio de indicadores, metas e mecanismos de monitoramento.
- f. Fomentar a instalação de estruturas participativas eficientes de governança metropolitana.

2. Assegurar o desenvolvimento do capital humano e da cidadania

Satisfazer as necessidades fundamentais e de convivência do cidadão e promover seu bem-estar requerem que a cidade sustentável assegure:

I. Promover o desenvolvimento urbano de forma descentralizada

- a. Distribuição equidistante dos serviços públicos e particulares que reforcem elementos de convivência e coesão da sociedade.
- b. Distribuição equidistante dos bairros residenciais e locais de trabalho como forma de promover desenvolvimento local, menores deslocamentos e aumento da qualidade de vida.

II. Fortalecer o capital social e a cidadania

- a. Democratização do acesso às políticas sociais, garantia de equidade e justiça social e promoção de uma cultura de paz.
- b. Garantia da equidade no acesso aos bens e serviços públicos – como rede de água, esgoto e energia, pavimentação e preservação de áreas verdes, transporte, educação e cultura, saúde e segurança etc.
- c. Regularização e urbanização dos assentamentos informais (favelas), migrando as pessoas que ali vivem para moradias regulares, de forma a integrá-las à cidade.
- d. Reconhecimento dos habitantes como cidadãos, com forte atuação do governo local no combate às desigualdades relacionadas a renda, gênero, raça e todas as formas de discriminação.
- e. Planejamento urbano, inclusão digital e tecnologias a serviço dos cidadãos e dos negócios.
- f. Promoção de valores e de uma educação que incentive estilos de vida e hábitos de consumo mais sustentáveis.

3. Promover negócios sustentáveis

- a. Incentivo ao empreendedorismo e a modelos de negócios que reforcem a confiança, a cooperação, o dinamismo e a criatividade da economia local e a conectividade social.
- b. Criação de modelos de financiamento acessíveis e de meios de mobilização de recursos para novos investimentos.
- c. Estímulo às empresas para investir no desenvolvimento sustentável das cidades.

4. Fortalecer o capital natural

- a. Garantia de que as políticas considerem as condições naturais da cidade e os biomas com os quais ela se relaciona.
- b. Plano de redução da dependência da cidade de fontes de energia externas e não renováveis.
- c. Eficiência no uso dos recursos naturais nos âmbitos residencial, empresarial e público.
- d. Adoção de medidas ambientalmente eficientes para o emprego dos recursos naturais na construção e uso das edificações.

Propostas para a Rio+20

1. A ONU, a sociedade civil, as empresas e os governos devem avançar na implementação de sistemas de governança participativa com instrumentos efetivos de transparência, controle social e deliberações democráticas e participativas;
2. É preciso reforçar, no quadro das Nações Unidas e numa visão ampliada da função de *habitat*, a organização de um sistema facilitador de intercâmbio científico e tecnológico visando a aprendizagem das cidades, umas com as outras, na construção de políticas de sustentabilidade. Para isso governos locais, a sociedade civil e empresas se comprometem a adotar e dar ampla visibilidade às boas práticas de sustentabilidade urbana já implantadas nas mais diversas áreas, em muitas cidades do mundo, promovendo a socialização das experiências, tecnologias e processos para todas as cidades do planeta;
3. A ONU e governos locais devem adotar (e apoiar a sua implantação em escala mundial) sistemas locais de indicadores técnicos e de percepção – sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais – que mensurem a qualidade de vida nas cidades, permitindo às populações locais participar e avaliar as políticas de sustentabilidade implementadas;
4. Promover tanto a integração de temas como de departamentos/secretarias e municípios, articulando políticas de habitação, saneamento, segurança pública, mobilidade, adaptação e mitigação às mudanças climáticas, proteção de mananciais, melhora substantiva da qualidade do ar (segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde), promoção do desenvolvimento e do bem-estar humano;

5. Evoluir de políticas setoriais de direito à moradia para políticas de direito à cidade (“construir bairros e cidades, e não apenas casas”), aliadas à eliminação da pobreza, promoção da inclusão social, diminuição das desigualdades, promoção à saúde, incentivo à inovação e fomento à pesquisa (tecnológica, de gestão e de governança participativa nas cidades);
6. Instituir legislação que estabeleça, em todos os municípios, um Plano de Meta para cada gestão, baseado em indicadores e articulado com o Plano Diretor;
7. Promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência e integração entre os transportes, a saúde, a educação, o ambiente e o direito à cidade;
- ~~8. Implementar políticas nacionais de regularização urbanística e fundiária e urbanização de favelas e outras formas de ocupação; (proposta não foi priorizada por nenhum grupo de trabalho)~~
9. Trabalhar para diminuição crescente da geração de resíduos, ampliar o tratamento, disposição e reutilização de resíduos industriais e inertes e implantar programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão de catadores e cooperativas.
10. Promover a cultura e a educação para a cidadania e engajar escolas públicas e privadas em programas sobre políticas públicas, democracia, direitos humanos e sustentabilidade.
11. (junção da 1 com a 6) A ONU, a sociedade civil e os governos devem avançar na implementação de sistema de governança participativa, instituindo legislação que estabeleça, em todos os municípios, um plano de meta para cada gestão, baseado em indicadores e articulado com o plano diretor, garantindo transparência, controle social e democracia participativa.
12. (junção da 1 com a 3) A ONU, a sociedade civil e os governos locais devem avançar na implementação de sistemas de governança participativa com instrumentos efetivos de transparência, controle social e deliberações democráticas e participativas mediante sistemas locais de indicadores técnicos e de percepção - sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais - que mensurem a qualidade de vida nas cidades, permitindo às populações locais participar e avaliar as políticas de sustentabilidade implementadas.
13. A ONU e os governos locais devem adotar (e apoiar a sua implantação em escala mundial) sistemas locais de indicadores técnicos e de percepção - sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais - que mensurem a capacidade das populações locais de atender as suas necessidades humanas fundamentais*, permitindo a essas populações participar e avaliar as políticas de sustentabilidade implementadas. * Segundo Max-Neef: Subsistência, proteção, participação, lazer, afeto, compreensão, criatividade, identidade e liberdade.
14. Instituir legislação que estabeleça, em todos os municípios, um Plano de Meta para cada gestão, baseado em indicadores e articulado com o Plano Diretor. Os governos devem adotar sistemas locais de indicadores técnicos (com padrões globais: sociais, ambientais, políticos, econômicos e culturais) que mensurem a qualidade de vida, aspectos sociais e políticos garantindo a governança participativa da sociedade.
15. (junção da 7, 8 e 9) Priorizar o planejamento urbano participativo e sustentável que promova a implementação de políticas de regularização urbanística e fundiária e urbanização de favelas, a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade e a implementação de programas estruturados de coleta seletiva e reciclagem, visando o desenvolvimento de sua cadeia de produção com a inclusão de catadores e cooperativas.
16. (junção das questões 1, 3 e 6) A ONU, a sociedade civil e os governos devem avançar na implementação de modelos de governança participativa com instrumentos efetivos, e assegurados legalmente, de transparência, controle social e deliberações democráticas, adotando sistemas locais de indicadores técnicos e de percepção que mensurem e promovam a qualidade de vida nas cidades.

17. (junção da 4 com a 5) Promover tanto a integração de temas como de departamentos/ secretarias e municípios em torno do conceito de políticas de direito à cidade, articulando políticas de habitação, saneamento, mobilidade, adaptação e mitigação às mudanças climáticas, proteção de mananciais, melhora da qualidade do ar, promovendo a saúde, a inclusão social, a diminuição das desigualdades e incentivando a inovação e o fomento a pesquisa.
18. (junção das questões 1, 3, 4 e 6) A ONU, a sociedade civil e os governos devem avançar na promoção de modelos de governança participativa e gestão pública transparentes, sistêmicas e articuladoras de políticas setoriais, incentivadoras da inovação para a sustentabilidade e baseadas em estruturas de planejamento e compromissos com metas e indicadores ligados à qualidade de vida nas cidades.
19. (alteração da proposta 6) Instituir legislação que estabeleça em todos os municípios, em conjunto com o poder público, o setor privado e de serviços, um Plano de Meta para cada gestão, baseado em indicadores e articulado com o Plano Diretor.

PRINCIPAIS PONTOS ABORDADOS PELOS PALESTRANTES

:: Jorge Wilhelm

Alguns desafios estão ligados ao desenvolvimento sustentável e aqui foram ressaltados os aspectos ligados ao trabalho: estrutura de empregos; remuneração decente; estímulo à criatividade; e satisfação pessoal.

Outros desafios se apresentam frente à economia verde: mudanças culturais; mudanças empresariais como obsolescência programada; paradoxo fiscal; e o orçamento verde.

A poluição aumenta o PIB e por outro lado, a despoluição é uma nova indústria que se forma e que também integra o PIB. Fica a questão:

Como reverter o peso da balança para que a despoluição receba mais recursos e investimentos?

Quando falamos especificamente dos desafios urbanos vale destacar: pobreza, exclusão, trânsito, infraestrutura e habitação onde um dos mais sentidos pela população é a poluição urbana, tanto do ar como das águas presentes na região metropolitana e que sofrem com o esgoto e falta de saneamento.

Os recursos financeiros para enfrentamento dos desafios podem vir de taxações para compor um fundo, como a taxa Tobin (modelo proposto por economista de mesmo nome), mas o que requer uma forte decisão política e, em alguns casos de certos desafios, não há interesse político de desenvolver soluções, pois, além de terem uma implementação de longo prazo, não são visíveis (como a questão de saneamento).

O estado, o mercado, os produtores e a sociedade precisam firmar em um novo contrato social quem faz o que e os seus papéis neste processo de mudança. Esta conferência, realizada pelo Instituto Ethos, é um importante marco no firmamento deste novo contrato social que será tão debatido na semana que vem durante a Rio+20.

:: Oded Grajew

Ao discutir desenvolvimento sustentável o tema cidades é fundamental. É neste espaço aonde irão se decidir os novos rumos, não só por que a concentração do PIB está nelas, mas também por que o consumo do que é produzido no campo é maior nas cidades urbanas.

Uma nova cultura e novas prioridades. Escolhas na forma de viver, produzir e se comportar. Passa por aqui repensar o modelo de redistribuição dos impostos e definir os recursos que se tem para implementar as medidas de desenvolvimento sustentável.

O Programa Cidades Sustentáveis estruturou uma agenda com 12 eixos, desmembrados em compromissos e metas, que funcionam como uma ferramenta para a gestão pública do município, considerando os aspectos de desenvolvimento sustentável. A cidade de São Paulo tem 223 metas e, até o momento, cumpriu um pouco mais de 70 metas.

Quais as mudanças e oportunidades neste tema para as empresas?

A questão urbana com enfoque na construção, energia e lixo se mostram uma ótima oportunidade de negócios e de envolvimento por parte das empresas.

Um processo sustentável é aquele que conta com a participação da sociedade, onde os cidadãos participam das decisões e dos rumos, se interessam pelo desenvolvimento da sua cidade e na elaboração e definição de políticas públicas que os impactam.

Hoje na cidade mais rica do país (São Paulo) um cidadão espera 3 meses para uma consulta médica, mais 3 meses para fazer exame e por volta de 7 meses se precisar de uma intervenção cirúrgica.

O que precisa ser feito já é de conhecimento, uma base de dados e informações já está mapeada assim como um banco de práticas de sucesso já adotadas ao redor do Brasil e do mundo estão sistematizadas. É chegada a

hora de tomar a atitude e isso passa pela vontade política. A vontade política tem que ser trabalhada desde antes do prefeito ser eleito, durante o momento da discussão de cada plano de governo e promessas de campanha.

<vídeo do Programa Cidades Sustentáveis>

DINÂMICA DE PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

Cada mesa de trabalho (aqui denominada de Grupos) analisou o documento e priorizou até 03 (três) propostas. Novas propostas podiam ser apresentadas e colocadas para votação de todos. Ao todo 09 (nove) novas propostas foram adicionadas sendo que uma das propostas originais, a oitava, não foi priorizada por nenhuma mesa. Portanto, para a votação individual, os participantes tinham ao todo 18 propostas e podiam escolher três.

Numa primeira votação individual ocorreu um empate entre as propostas 3 e 11. Após uma votação de desempate chegamos às propostas finais:

1. Proposta 10 - 64 votos
2. Proposta 5 - 33 votos
3. Proposta 11 - 25 votos

Consulte na próxima página a tabela com o histórico das priorizações dos grupos e votação individual.

BIBLIOGRAFIA

Cidades sustentáveis

Building and Managing an Intelligent City. Disponível em <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/Accenture-Building-Managing-Intelligent-City.pdf>.

C40 Cities Climate Leadership Group (C40). Disponível em <http://live.c40cities.org/about-us/>.

Cidades Criativas – Perspectivas. Disponível em http://www.santander.com.br/portal/wps/gcm/package/cultura/livro_70516/Livro_Cidades_Criativas_Perspectivas_v1.pdf.

Citystates: How Cities Are Vital to the Future of Sustainability. Disponível em <http://www.sustainability.com/library/citystates#.T6sXBuhYuQE>.

Índice de Cidades Verdes da América Latina. Disponível em http://www.siemens.com/entry/cc/features/greencityindex_international/all/en/pdf/report_latam_pt.pdf.

MCKINSEY & COMPANY. **Building globally competitive cities: the key to Latin American growth.** McKinsey Global Institute. 2011.

OCDE. **Competitive Cities in the Global Economy.** OCDE: Estocolmo, 2008.

PAC Mobilidade Urbana Grandes Cidades. Disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/PACMobilidade/ManualPACMobilidadeUrbana08042011.pdf>.

Programa Cidades Sustentáveis. Disponível em <http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacao-programa-cidades-sustentaveis.pdf>.

Rise of the Intelligent City. Disponível em <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/Accenture-Outlook-Rise-of-the-Intelligent-City-Sustainability.pdf>.

Rumo a uma Economia Verde. Disponível em http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/1101-GREENECONOMY-synthesis_PT_online.pdf.

Three-Dimensional Capitalism. Disponível em <http://pavansukhdev.com/articles/>.